

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.753 - MG (2019/0303618-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE MARIANA - MG  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA VARA CÍVEL E CRIMINAL DE PONTE NOVA - SJ/MG  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**INTERES.** : JOSÉ GERALDO ROLA

**DECISÃO**

Trata-se de Conflito Negativo de Competência entre o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude de Mariana/MG e o Juízo Federal da Vara Cível e Criminal de Ponte Nova - SJ/MG nos autos da Ação Cível Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra José Geraldo Rola, visando obter provimento jurisdicional que compelsse o réu (i) ao pagamento de indenização pelo dano causado ao meio ambiente; (ii) a reflorestar a área danificada nos termos a serem especificados pelo Instituto Estadual de Florestas; (iii) a não efetuar mais intervenções na área degradada; e (iv) a averbar a reserva legal de sua propriedade nos termos do Código Florestal.

O Juízo Federal da Vara Cível e Criminal de Ponte Nova - SJ/MG declinou da sua competência para processar e julgar a demanda, afirmando (fls. 58-61, e-STJ):

Dispõe a CF/1988 em seu art. 23, IV, ser da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios proteger o meio ambiente.

O art. 75 da LC 75 prescreve que o Ministério Público Federal atuará na defesa do meio ambiente integrante do patrimônio nacional. Isto implica dizer que a atuação do MPF, nas ações ambientais, se restringe à defesa dos bens integrantes do patrimônio nacional.

A Lei 8.625/1993, por sua vez, em seu art. 25, não limita a atuação do Ministério Público dos Estados quando determina que este promova o inquérito civil e a ação civil pública para reparação dos danos causados ao meio ambiente.

Em relação à competência, esta é delimitada pelo art. 109 da Carta Magna, quando preceitua que compete aos juízes federais processar e julgar as causas em que a União e demais entes federais são interessadas.

O Rio Ribeirão do Carmo, por sua vez, nasce em Ouro Preto e tem sua foz no Rio Piranga, em Ponte Nova/MG, sendo, portanto, estadual.

Logo, a competência para processar e julgar as ações por danos ambientais ocorridos em seu leito é da Justiça Estadual, com o Ministério Público Estadual sendo parte legítima para propor as ações civis públicas para responsabilização dos eventuais poluidores.

De outra banda, acerca do objeto do processo, dispõe o art. 492 do Código de Processo Civil ser vedado ao juiz "proferir decisão de natureza diversa da pedida, bem como condenar a parte em quantidade superior ou objeto diverso do que lhe foi demandado".

(...)

Ora, no caso dos autos, o MPE em sua petição inicial estabeleceu os limites do objeto que deveria ser apreciado pelo Poder Judiciário - dano ambiental e sua reparação -, não tendo, em nenhum momento, trazido para o processo a questão relativa à exploração de bem pertencente à União (e nem poderia fazê-lo, pois, isto extrapolaria suas atribuições). Ele apenas mencionou, na contextualização dos fatos, que os danos ocorreram quando o réu efetuava lavra garimpeira.

Registro, no ponto, que a situação em que se desenvolveu o suposto dano ambiental seria irrelevante para efeito da fixação da competência, haja vista que o dano ambiental, objeto deste processo, não ultrapassou sequer os limites do município de Mariana, sendo, portanto, de âmbito local.

(...)

Corolário deste entendimento é que a lide posta em juízo, delimitada pela petição inicial de lavra do Ministério Público Estadual, não atinge, em nenhum momento, interesses da União, de suas autarquias ou empresas públicas, motivo pelo qual, a competência para processar e julgar o presente feito é da Justiça Estadual.

Pontifico que tal entendimento em nada interfere nas atribuições do Ministério Público Federal, que poderá investigar normalmente, sem prejuízo desta ação, a eventual existência de danos causados ao patrimônio nacional, propondo, se for o caso, as ações cabíveis perante a Justiça Federal.

(...)

Com efeito, é pacífico o entendimento de que cabe exclusivamente à Justiça Federal "decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da união, suas autarquias ou empresas públicas"(enunciado da Súmula 150 do STJ), não podendo tal decisão ser revista por órgãos estaduais.

Além disso, o Superior Tribunal de Justiça também já havia sumulado que "excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito"(Súmula 224).

Assinalo, no ponto, que o último entendimento foi sufragado pelo § 3º do art. 45 do Código de Processo Civil de 2015 ("o juízo federal restituirá os autos sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo").

Isso posto, declaro a incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o presente feito.

Determino o retorno, com urgência, destes autos para a 2ª

# *Superior Tribunal de Justiça*

Vara Cível da Comarca de Mariana Nova, com as homenagens de estilo e as cautelas de praxe.

Por sua vez, o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude de Mariana/MG suscitou o presente Conflito, asseverando (fl. 72, e-STJ):

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público estadual, objetivando a condenação da parte ré em obrigações diversas, em razão da extração irregular de recursos minerais, sem qualquer autorização dos órgãos ambientais.

A decisão de fls. 24/25, com fulcro no artigo 109, I, da Constituição da República, declarou, de ofício, a incompetência absoluta da Justiça Comum e determinou a remessa dos autos à Justiça Federal de Ponte Nova/MG.

O Ministério Público Federal reconheceu a incompetência desta Justiça Comum para o processamento e julgamento do presente feito, por se tratar de exploração irregular de recursos minerais que pertencem à União, requerendo.

inclusive, a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto processual (fls. 35/36v.).

No entanto, o i. Juiz da Vara Federal de Ponte Nova, por entender que a lide não atinge interesses da União, de suas autarquias ou empresas públicas, declarou a incompetência da Justiça Federal e determinou a restituição dos autos à Justiça Comum (fls. 37v./39v.).

Ante o exposto, não acolho a competência declinada e, em consequência, suscito o conflito negativo de competência, nos termos do artigo 66, parágrafo único, do NCPC.

Determino a imediata remessa dos autos ao c. Superior Tribunal de Justiça.

competente para dirimir o conflito (CR. art. 105, I, "d").

O Ministério Público Federal, em parecer da ilustre Subprocuradora-Geral da República Maria Soares Camelo Cordioli, opinou pela declaração da competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude de Mariana/MG, o suscitante (fls. 81-86, e-STJ). Eis a ementa do parecer ministerial:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. JUSTIÇA FEDERAL X JUSTIÇA ESTADUAL. PEDIDO DE RECUPERAÇÃO DO DANO AMBIENTAL E INDENIZAÇÃO. EXTRAÇÃO DE RECURSO MINERAL A SER APURADA EM SEDE PRÓPRIA. AUSÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO DA UNIÃO. SÚMULA 150 DO STJ. PARECER PELA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª

VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE  
MARIANA - MG, ORA SUSCITANTE.

**É o relatório.**

**Decido.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 30.10.2019.

Tenho por corretos os embasamentos desenvolvidos no parecer do  
Ministério Público Federal, os quais adoto também como razões de decidir,  
*litteris*:

Com razão o douto juízo suscitado.

Nos termos da Súmula 150/STJ, “compete à Justiça Federal  
decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no  
processo, da União, suas autarquias ou empresas publicas”. No caso,  
depreende-se dos fundamentos supratranscritos que o ilustre Juiz Federal  
declinou da competência para processar e julgar a ação coletiva por não ter  
reconhecido a existência de interesse jurídico da União, razão pela qual  
aplicou à espécie a Súmula 224/STJ: “Excluído do feito o ente federal, cuja  
presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz  
Federal restituir os autos e não suscitar conflito.”

Com efeito, consoante bem delineado pelo culto juízo  
suscitado, a matéria delimitada na petição inicial refere-se exclusivamente à  
reparação do dano ambiental e à recuperação da área degradada. De fato, “a  
decisão judicial que declinou da competência para a Justiça Federal aumentou  
injustificadamente o objeto do processo ao afirmar que as pretensões seriam  
decorrentes da extração irregular de recursos minerais, já que não existe  
pedido envolvendo os recursos minerais da União.” (fls. 60)

Cumpra anotar que a competência da Justiça Federal, em  
regra, é definida pela natureza das pessoas envolvidas na lide, sendo  
irrelevante a matéria discutida. Assim, para que se fixe sua competência, é  
imprescindível a constatação do interesse jurídico direto da União, suas  
autarquias ou empresas públicas, o que, como visto, foi afastado do douto  
Juízo Federal.

Sobre o tema, confira-se o seguinte precedente dessa  
Colenda Corte Superior de Justiça:

“PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO.  
AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL. INCRA.  
CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ART. 109, INCISO I,  
DA CF/88. RATIONE PERSONAE.  
RECONHECIMENTO PELO JUÍZO FEDERAL DA  
AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO OU DE  
ENTIDADE AUTÁRQUICA OU EMPRESA PÚBLICA  
FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

I - Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo

Ministério Público do Estado do Mato Grosso em face do agravado para a recuperação de dano ambiental e indenização por danos supostamente causados.

II - O art. 109, inciso I, da Constituição Federal estabelece que compete à Justiça Federal processar e julgar "as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho".

III - Em regra, a competência é definida considerando a natureza das pessoas envolvidas no processo (*ratione personae*), de modo que é irrelevante a matéria discutida. Ademais, para que esteja caracterizada a competência da Justiça Federal, é necessária a efetiva presença de alguma dessas pessoas na relação processual na condição de autor, réu, assistente ou oponente.

IV - Na hipótese dos autos, o pedido do Parquet Estadual permite concluir que o objetivo é a condenação do demandado à recuperação do dano ambiental e à indenização por danos ambientais supostamente causados pelo particular.

V - Por outro lado, o fato de a área ser fiscalizada pelo INCRA, por si só, não atrai a competência da Justiça Federal, uma vez que é necessário haver interesse direto e específico. Nesse sentido: RE 513.446/SP, Rel. Min. Cezar Peluso, Segunda Turma, julgado em 16/12/2008, DJe 27/02/2009.

VI - Demais disso, o Juízo Federal efetivamente reconheceu a inexistência da interesse da União, o que atrai a incidência da Súmula 150/STJ, segundo a qual: "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas". A propósito: AgRg no CC 143.922/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 25/2/2016, DJe 4/3/2016.

VII - Correta, portanto, a decisão que fixou a competência na justiça estadual.

VIII - Por derradeiro, quanto à necessidade de o INCRA figurar no polo passivo da ação civil pública, essa análise é manifestamente inadequada em sede de conflito de competência. Nesse sentido: AgRg no CC 109.058/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/6/2010, DJe 30/6/2010.

IX - Agravo interno improvido.

(AgInt no CC 146.271/PI, Rel. Ministro

FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/02/2019, DJe 22/02/2019)”

Ressalte-se, por oportuno, que nada impede que o Ministério Público Federal investigue a extração dos recursos minerais, a fim de verificar eventual dano ao patrimônio nacional – o que, inclusive já está sendo feito (fls. 58) -, situação em que poderá adotar as providências cabíveis.

Em arremate, importa anotar que matéria idêntica a ora retratada foi recentemente decidida pelo Eminentíssimo Ministro Sérgio Kukina, no CC 168721/MG, em que se definiu a competência do ilustre Juízo Estadual para apreciar a julgar a ação civil pública (publicação da decisão monocrática em 23-10-2019).

Ante o exposto, opina o Ministério Público Federal para que seja conhecido o presente conflito, declarando-se a competência do DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, CRIMINAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE MARIANA-MG, ora suscitante.

**Isto posto, nos termos do art. 955, parágrafo único, I, do Código de Processo Civil/2015, conheço do Conflito, para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e Juventude de Mariana/MG, ora suscitante.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN

Relator